



Diversidade Cultural/Religiosa no Brasil¹

Roberto Belo²

Não podemos avaliar as pretensões de culturas e normas comunitárias em detrimento dos indivíduos sem ao mesmo tempo ampliar— não apenas em teoria, mas na prática — os direitos dos indivíduos ao dissenso, ao abandono ou, se necessário, a oposição a suas comunidades de origem. [...] Cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos que viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades (HALL, 2003a, pp. 88, 433).

O Brasil é um país multicultural. Não se pode falar de uma cultura brasileira como se houvesse uma unicidade que corporificasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro, até mesmo porque é quase inexistente haver uma uniformidade em sociedades modernas e menos ainda em sociedades de classes (BOSI, 1992, p.307). Toda uma diversidade de povos e etnias contribuiu para a formação e constituição da nossa identidade nacional. Assim, não existe uma cultura homogênea, mas um mosaico de diferentes culturas juntas; e a religião é um desses elementos preponderantes na história da humanidade e marcante da gente brasileira. Quando se fala de cultura é essencial o reconhecimento do plural – *culturas*, conforme explica Alfredo Bosi. Ademais, referimo-nos ao termo “*cultura*” no seu sentido mais amplo, antropológico como escrevera Franz Boas (2004, p. 53). Para este os discursos não ocorrem isolados e de forma concordante, mas, segundo o autor, “reconhecemos que o indivíduo só pode ser

¹ Trata-se este texto de um recorte do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Letras na UFPE, denominado *Diferenças Religiosas na Literatura Infantil Brasileira: Culturas e Identidades na Formação Leitora*, sob orientação da Profa. Dra. Ermelinda Ferreira, defendido no primeiro semestre de 2015.

² Graduado em Letras pela UFPE. Formado em Administração pela UFRPE. Poeta, Escritor e Produtor Cultural. Desenvolve a pesquisa *Literatura, Identidades e Diferenças Religiosas no Ensino Médio* (CNPq/UFPE), sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Gilson Oliveira. É membro do Núcleo de Estudos Oitocentista (UFPE/CNPq) e do grupo de pesquisa Teoria do Discurso e Educação (CNPq/UFPE), que está associado a Rede LatinoAmericana de Teoria do Discurso e a Associação Brasileira de Currículo, em parceria com a FUNDAJ, FACEPE e CNPq. Tem projetos apresentados e publicados em revistas e em congressos nacionais na área de Livro, Leitura e Literatura. E-mail: poetarobertobelo@globomail.com



compreendido como parte da sociedade à qual pertence, e que a sociedade só pode ser compreendida com base nas inter-relações dos indivíduos seus constituintes”. A antropologia tem a variação como objeto primordial nos estudos relacionados à cultura, assim também

não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural. Desde tempos remotos, faz parte da verdade religiosa apresentar-se como imutável, intemporal, eterna. Conforme diz a reza do Glória ao Pai: “assim como era no princípio, agora e sempre, por todos os séculos dos séculos”. E no entanto religiões mudam, sempre mudaram. (PIERUCCI & PRANDI, 1996, p. 9)

A identidade do brasileiro está intrinsecamente na diversidade; mesmo sabendo que há muito se deixou essa ideia de cultura “pura”, sobretudo com o advento da globalização, todas as sociedades são atravessadas por correntes de compartilhamento que as ultrapassam, é essa diversidade que nos diferencia dos demais povos e sociedades espalhadas pelo mundo. Somos reconhecidos justamente por essa multiplicidade. A identidade cultural do Brasil é constituída pela identidade cultural de várias tribos indígenas, de vários povos africanos, de vários povos europeus, entre outros povos, cada um com suas peculiaridades. A nossa complexidade identitária está na mestiçagem cultural que carregamos e isso é um traço caracterizador marcante da nossa gente, embora não tenha isso se dado de forma pacífica mas sob dura mutilação cultural, escravização e eliminação física do “outro” (CANDAU, 2010).

É interessante apontar que o reconhecimento desse pluralismo cultural/religioso no país se deu ao longo do tempo, e, após muitas guerras. Tanto que ainda hoje os livros, sobretudo os de histórias, revelam uma visão positivista dos acontecimentos, escamoteando os verdadeiros heróis que construíram o Brasil, como os índios e os negros. Apesar da marcante influência dos nossos colonizadores europeus, não foi possível exterminar de todo, ainda bem, as características dos povos indígenas e africanos de nossa identidade. A colonização se deu sob



dura relação de poder, subjugação e escravização, sendo utilizadas arbitrariamente a língua, a alimentação e a religião para enraizamento de ideologias dominantes, e aqui cabe ressaltar a ideia de ideologia descrita por Claude Prévost (1976, p.171 apud MATA, 1993, p.61) quando diz que

uma ideologia não é [...] somente um sistema de ideias mas também um conjunto estruturado de imagens, de representações, de mitos, determinando certos tipos de comportamentos, de práticas, de hábitos e funcionando [...] como um verdadeiro inconsciente.

Ribeiro (1995), apesar do seu olhar um tanto romântico, positivista e otimista dos fatos, é bem determinante quando diz que “surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”. O antropólogo acrescenta que

nessa confluência, que se deu sob a regência dos lusitanos, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária, tal qual a entendemos (Ibid., p.19).

Ribeiro fala de uma forma tão bonita que o leitor (supostamente inocente) pode achar que toda essa mistura de raça e cultura tenha se dado de forma pacífica e que essa aparente sociabilidade seja autêntica e conformista inclusive nos dias de hoje, quando os estudos multiculturais mostram e comprovam empiricamente o caos no qual estamos submersos; há certa arbitrariedade do sistema, fruto ainda dessas relações antigas. Prega romanticamente o autor brasileiro que

a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente.

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de



sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. (Ibidem, p. 20)

Estamos certos de que o ser humano é diverso por natureza. Historicamente procuramos nos diferenciar do outro porque a diferença também nos completa e nos complementa; trata-se de algo complexo que acabamos por assimilar consciente ou inconscientemente. Somos *outros* e ao mesmo tempo *nós* mesmos. Daí falar de identidade é falar também de alteridade. Dentro dessa dialética estão os povos, a culinária, a língua, etc., e a religião. Nesse sentido, escutar-se e escutar o outro é de fundamental importância para que se tenha uma relação, um diálogo construtivo.

Acreditamos que não existe uma cultura/religião melhor que outra, nem mais verdadeira; nem mais nada. Todas são culturas. Todas são religiões, e, cabendo aqui as *não-religiões*, digo, aqueles sujeitos que não acreditam em nada que remeta ao sagrado ou não tenham nenhuma ligação com instituição ou grupo religioso do modo tal qual se conhece normalmente.

Ora, o respeito à diversidade é um dos valores mais importantes do exercício da cidadania, como não podemos esquecer. Só nesse respeito absoluto podemos entender que não existem seitas (pois não existem grandes e pequenas religiões), não existe sincretismo (pois não existe uma religião pura de influências de outras) e, acima de tudo, não existe para o historiador ou para o filósofo uma religião melhor do que outra. Cada uma colaborou com uma parte do pensamento religioso; cada uma expressa uma visão de um grupo e cada uma teve e tem seu valor específico, exatamente por serem diferentes. (SILVA, 2004, n.p.).

O pluralismo cultural assim como o religioso não é uma coisa recente, já ocorreu em civilizações antigas, como Índia, Império Romano, etc. Todavia, o que nos chama a atenção é o fato de como essa pluralização religiosa vem ocorrendo nas Américas, sobretudo no Brasil, pois tem gerado crises de identidades e de sentido nos sujeitos, conforme apontam Berger & Luckmann (2004, p.48).



Nesse sentido, Zizek (1996, p. 216), bebendo nas ideias do psicanalista Jacques Lacan de que o Ser “como um todo é o efeito clivado, faltoso e desejante do inconsciente”, diz que o indivíduo é como “um sujeito volátil e turbulento” que, contraditório, fragmentado e descentrado, possui uma identidade plural e fugaz, que lhe conduz a estabelecer relações e associações transitórias e conflituosas. Dessa forma, partindo do pressuposto de uma identidade plural e conflituosa, Burity (1997, p. 21) problematiza a ideia de que toda identidade surge num espaço ocupado por outras pretensões de identidades que se querem afirmar traçando “uma fronteira que separa o que sou/somos do que não somos”. Para ele, os antagonismos, que podem ocasionar conflitos, estão presentes na constituição de toda identidade coletiva.

Assim sendo, utilizamos a Teoria do Discurso, que procura entender como os sujeitos se comportam dentro desses deslocamentos, pois a crise de dúvidas/posições desses sujeitos são terríveis dentro do campo social; não há nada estável e pacífico como tem se tentado mostrar. Por isso, a Teoria do Discurso não parte de um pressuposto definido, mas procura entender o processo pelo qual o conceito se firma, ou seja, trata-se de uma discursividade ontológica e não epistemológica.

Desde tempos remotos a religião é tema preponderante na vida do ser humano. O sepultamento, por exemplo, é o indício mais antigo que se tem registrado de prática religiosa, revelada através das ossadas de nossos antepassados, e que demonstra em certa medida preocupação com a vida após a morte. Os estudos etnológicos, antropológicos, sociológicos, entre outros revelam a importância e singularidade cultural de cada povo, sendo definitivamente cada um desses sujeitos autênticos dentro da sua realidade, não existindo grau de qualidade quando comparado ao diferente. Isso não quer dizer que não houvesse conflitos e divergências dentro de cada grupo específico, pelo contrário, acredita-se que foi por meio dessas divergências que surgiram novos grupos, e desses, outros, e depois mais outros e assim sucessivamente.



Cada um construiu sua história ao longo do tempo, construiu sua identidade própria, firmando-se enquanto cidadão do mundo.

Entretanto, é importante assinalar que estudar religião, numa perspectiva científica, é ultrapassar os limites definidos pelo senso comum. O próprio termo *religião*, que se originou da palavra latina *religio*, que indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, não fazia referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação tal qual entendemos atualmente, mas foi se criando historicamente e culturalmente significados para o termo até chegar à tradição cristã. Sendo assim, fruto da tradição cristã, o conceito de religião não é algo original e absoluto, uma vez que fora se definindo ao longo da história. Silva (2004) diz que “a definição mais aceita pelos estudiosos, para efeitos de organização e análise, tem sido a seguinte: *religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos*”. Assim sendo, pretendemos analisar os fenômenos e sistemas religiosos como parte da cultura, que nesse caso se identifica como alguma experiência humana através das diversas linguagens e símbolos.

O homem moderno vem ressignificando suas experiências com o sagrado, adotando práticas inovadoras que tem chamado a atenção sobretudo dos sociólogos; autores como Feuerbach (1804-1872), Karl Marx (1818-1883) & Engels (1820-1895), Nietzsche (1844-1900), Durkheim (1858-1917), Weber (1864-1920), Marcel Mauss (1872-1950), Evans Pritchard (1902-1973), Lévi-Strauss (1908-2009) entre outros contribuíram de forma significativa para que entendêssemos hoje os fenômenos relacionados à religião. Sem essas contribuições de cunho psicológico, sociológico e antropológico, dificilmente teríamos avançado no tema. Todavia, é de suma importância saber que foi a partir dos anos finais do século XX que os estudos tomaram outros rumos, porque

o contexto institucional que permitiu o desenvolvimento desses estudos fora dos centros teológicos de tradição cristã ocidentais (os seminários bíblicos e teológicos das diferentes confissões protestantes ou católicas, principalmente na Europa e Estados Unidos) só surgiu nos anos cinquenta do século XX.



Os movimentos culturais e sociais da década de sessenta e a efervescência universitária subverteram e impulsionaram os estudos de religião. O surgimento da contracultura, da luta pelos direitos civis das minorias e de uma nova sensibilidade no trato das questões multiculturais superando as fronteiras nacionais e religiosas, a busca pelo respeito às diferenças, a defesa intransigente da investigação intelectual e da liberdade de opção em todos os aspectos da vida (religiosos, sexuais, econômicos, etc.) levaram a uma prevalência das preocupações para a relação, por exemplo, entre ética, liberdade e tolerância no que se refere às livres opções religiosas (SILVA, 2004, n.p.).

A religião é um elemento muito presente na vida do povo brasileiro e isso se reflete em sua vida diária de tal modo que se constitui parte fundamental do *ethos* da cultura brasileira.

O pluralismo é um fato. A diversidade das religiões e opções espirituais demanda um estudo atencioso. Segundo Faustino Teixeira (2012), hoje duas áreas precisam de atenção especial: a ecologia e o diálogo com as religiões. A prática do diálogo intercultural e inter-religioso deve invadir as instituições senão seremos tragados pelo preconceito, discriminação, injustiça e ódio. “Já não vivemos tempos de Cristandade. As religiões, enquanto instituição, sofrem enorme desgaste. Nenhuma conseguirá encontrar sozinha caminhos para falar às pessoas da pós-modernidade”, diz o autor.

Em 2003 foi realizada a conferência *O modelo pluralista: uma exploração multirreligiosa*, na qual um grupo de trinta e cinco estudiosos da religião da Ásia, Europa e Estados Unidos se encontraram na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, para discutir a questão do reconhecimento plural das religiões, levando-as a reconhecer sua validade mútua e a desistir de afirmar que uma religião é “a primeira e a única” ou a “melhor”. Juntos, os participantes elaboraram sob os cuidados de todas as tradições religiosas (Hinduísmo, Budismo, Sikhismo, Judaísmo, Cristianismo, Islã) um meio de mostrar que nenhuma religião pode reivindicar ter a “verdade absoluta” ou ser melhor do que as outras (EATWOT's, 2011, p. 36, 37).

Os estudos científicos vêm de certa forma tentando entender o fenômeno religioso para agir concretamente ante os conflitos levantados, sugerindo uma cultura de paz ante as diferenças. Calazans



(2008, p. 18), por exemplo, defende a ideia de que “o contributo da Ciência das Religiões para a compreensão do fenómeno religioso é tão importante como para a paz social. Promovê-lo é, ao mesmo tempo, ajudar a construir uma diplomacia de paz entre os povos”.

Hall (2003b, p.10) nos apresenta três concepções de identidades: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. E é esse último que nos chama a atenção nesse momento, pois o sujeito pós-moderno é visto como não tendo uma identidade fixa, essencial e permanente. A identidade do homem pós-moderno é definida historicamente e não biologicamente

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2003b, p.13)

Desde a última Constituição, de 1988, o país tem experimentado a liberdade religiosa de forma muito intensa, quando nos primeiros anos de povoação éramos forçosamente adeptos de uma única igreja/religião. Atualmente, vê-se que grupos minoritários emergem e desafiam a hegemonia de determinadas religiões que se autodenominam absolutas. Em termos culturais, estamos sim vivendo a liberdade religiosa intensamente.

A questão não é mais saber que se é diverso, mas viver essa diversidade no dia a dia. As pessoas não mais se sentem reféns de nenhum campo religioso. Há opções de escolhas. Ainda mais quando se diz que os brasileiros têm pouca devoção, como relatou o padre Fernão Cardim, quando dizia que as pernambucanas quinhentistas eram “muito senhoras e não muito devotas” por não serem assíduas às pregações e confissões (HOLANDA, 1995, p. 150).



Tornou-se o pluralismo religioso um desafio nesse início de século para a teologia e estudiosos da religião. Teixeira (2012, n.p.) é enfático ao dizer que “o pluralismo religioso deixou de ser compreendido como um fenômeno conjuntural passageiro, um fato provisório, para ser percebido na sua riqueza como um pluralismo de princípio ou de direito”. O campo religioso brasileiro está em constante mudança/alteração, por isso uma reinterpretação dos fatos é importante para se entender como se dá essa mudança, saindo a religião do plano meramente simbólico e entrando nas explicações mais propriamente sociológicas.

Desde o “descobrimento” do Brasil, a Igreja Católica esteve à frente das questões educacionais e religiosas, influenciando os demais setores políticos e econômicos que movimentavam o país. Nesse período a Igreja ainda atuava fortemente no processo de cristianização, sobretudo no combate à Reforma Protestante. O alvo principal eram os índios e os negros e qualquer um que confessasse outra fé. Freyre relata o seguinte

Através de certas épocas coloniais observou-se a prática de ir um frade a bordo de todo navio que chegasse a porto brasileiro, a fim de examinar a consciência, a fé, a religião do adventício. O que barrava então o imigrante era a heterodoxia; a mancha de herege na alma e não a mongólica no corpo. Do que se fazia questão era da saúde religiosa: a sífilis, a boubá, a bexiga, a lepra entraram livremente trazidas por europeus e negros de várias procedências.

O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a aventaria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz - e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial. O frade ia a bordo indagar da ortodoxia do indivíduo como hoje se indaga da sua saúde e da sua raça. (FREYRE, 2007, p. 91)

Em fins do período Imperial a Igreja já não dialogava com o Estado de forma produtiva, e essa relação desgastada se agravou com a Questão Religiosa, conflito da Igreja com a Coroa no fim de 1900, tendo como principal cerne a maçonaria, conforme descreve Vieira (1980). Esse episódio foi o motivo da separação entre ambos: Estado e Igreja. Outros conflitos surgiram posteriormente, tais como o crescimento das “heresias” e contestações religiosas, além das ameaças de grupos



protestantes vindos sobretudo dos EUA e Inglaterra. Mesmo assim, a Igreja permaneceu agindo através do ensino da catequese, mantendo o respeito e a autoridade eclesiástica socialmente.

A partir da ruptura da Igreja Católica com o Estado brasileiro, através da Constituição Republicana, foram sendo reconhecidas as diferentes crenças religiosas em solo brasileiro, mesmo com predominância do catolicismo e, no geral, do cristianismo. Em 1904 o escritor e jornalista João do Rio (1976, n.p.) já notava essa diversidade de credo nas ruas do Rio de Janeiro, cabendo-lhe o trabalho de escrever inclusive uma matéria sobre o assunto, que posteriormente foi transformada no livro *As Religiões do Rio*. Ele inicia a obra dizendo que “o Rio, como todas as cidades nestes tempos de irreverência, tem em cada rua um templo e em cada homem uma crença diversa”. Historicamente tivemos uma separação institucional mas não cultural, tendo em vista a imposição católica durante séculos, e ainda hoje preservamos esse ranço, inclusive nas

instituições públicas, quando sabemos que o Estado é juridicamente laico; por isso quando se fala em religião no Brasil, normalmente fala-se do Cristianismo.

Holanda (1995, p.64) descreve que os holandeses, por exemplo, não tiveram tanto sucesso como os portugueses por aqui por causa da língua, que os pretos achavam difícil de aprender e compreender; diferentemente dos jesuítas que tiveram êxito através dos seus sermões.

Os missionários protestantes, vindos em sua companhia, logo perceberam que o uso da língua neerlandesa na instrução religiosa prometia escasso êxito, não só entre os africanos como entre o gentio da terra. Os pretos velhos, esses positivamente não o aprendiam nunca. O português, ao contrário, era perfeitamente familiar a muitos deles.

Além disso, diz-se que

ao oposto do catolicismo, a religião reformada, trazida pelos invasores, não oferecia nenhuma espécie de excitação aos sentidos ou a imaginação dessa gente, e assim não proporcionava nenhum terreno de transição por onde sua



religiosidade pudesse acomodar-se aos ideais cristãos. (Ibidem, p. 65)

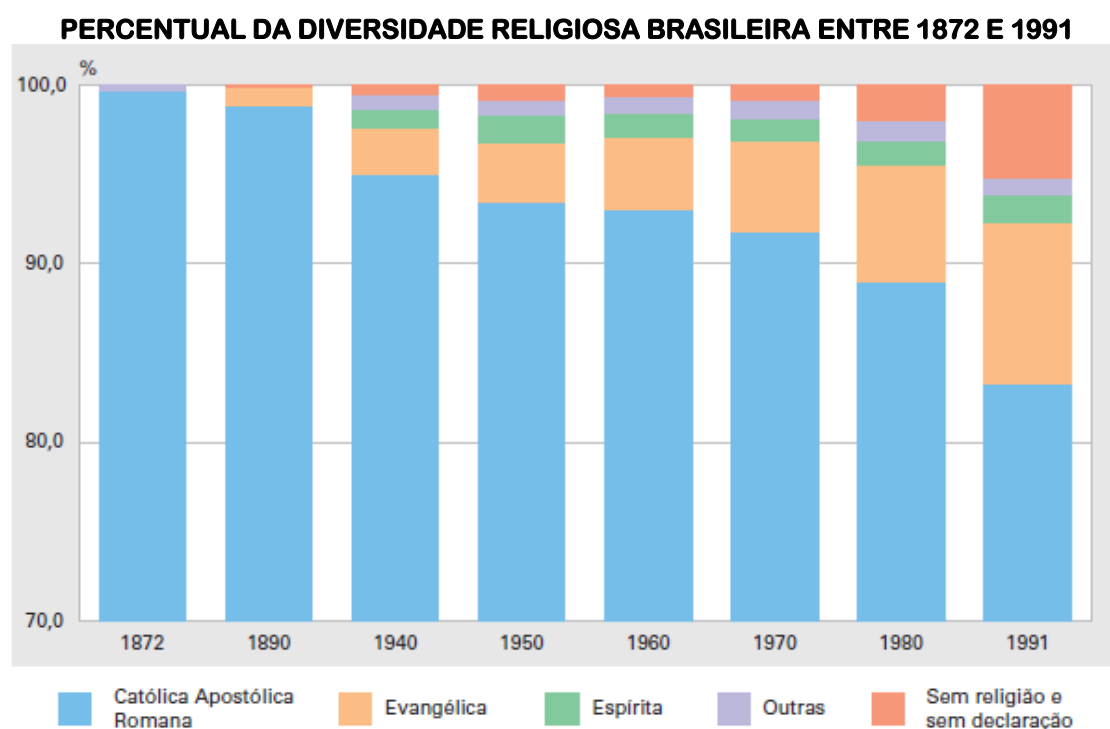
Hoje se tem uma realidade totalmente diferente, a qual o protestantismo, diga-se, a igreja evangélica, e não somente ela, oferece aos seus fieis um verdadeiro espetáculo de fé, sobretudo os neopentecostais. E isso tem tido resultados surpreendentes como mostram os dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa desenvolvida pelo IBGE (BRASIL, 2012), que será reproduzida e comentada abaixo, através de gráficos, foi baseada naquilo que os brasileiros professaram no quesito religião; sabendo que as pessoas que não professaram qualquer religião foi classificada como *sem religião*.

Desde o primeiro recenseamento de âmbito nacional até a década de 1970, o perfil religioso da população brasileira manteve como aspecto principal a hegemonia da filiação à religião católica apostólica romana, característica herdada do processo histórico de colonização do país e do atributo estabelecido de religião oficial do Estado até a Constituição da República de 1891, como já apontamos acima. As demais religiões praticadas no Brasil, resultantes dos vários grupos constitutivos da população, tinham contingentes significativamente menores. Em aproximadamente um século, a proporção de católicos na população variou 7,9 pontos percentuais, reduzindo de 99,7%, em 1872, para 91,8% em 1970.

O Censo Demográfico de 2000, por sua vez, mostrou acentuada redução do percentual de pessoas da religião católica romana, o qual passou a ser de 73,6%; o aumento do total de pessoas que se declararam evangélicas, 15,4% da população, e sem religião, 7,4% dos residentes brasileiros. Observou-se, ainda, o ligeiro crescimento dos que se declararam espíritas (de 1,1%, em 1991, para 1,3% em 2000) e do conjunto de outras religiosidades que se elevou de 1,4%, em 1991, para 1,8% em 2000.

Os resultados atuais, do Censo 2010, mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil, revelando uma maior pluralidade nas áreas mais urbanizadas e populosas do país. A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da parcela da população que se declarou evangélica. Os dados censitários indicam também o aumento do total de pessoas que professam a religião espírita, dos que se declararam sem religião, ainda que em ritmo inferior ao da década anterior e do conjunto pertencente a outras religiosidades.



Fonte: BRASIL, 2012, p. 90.

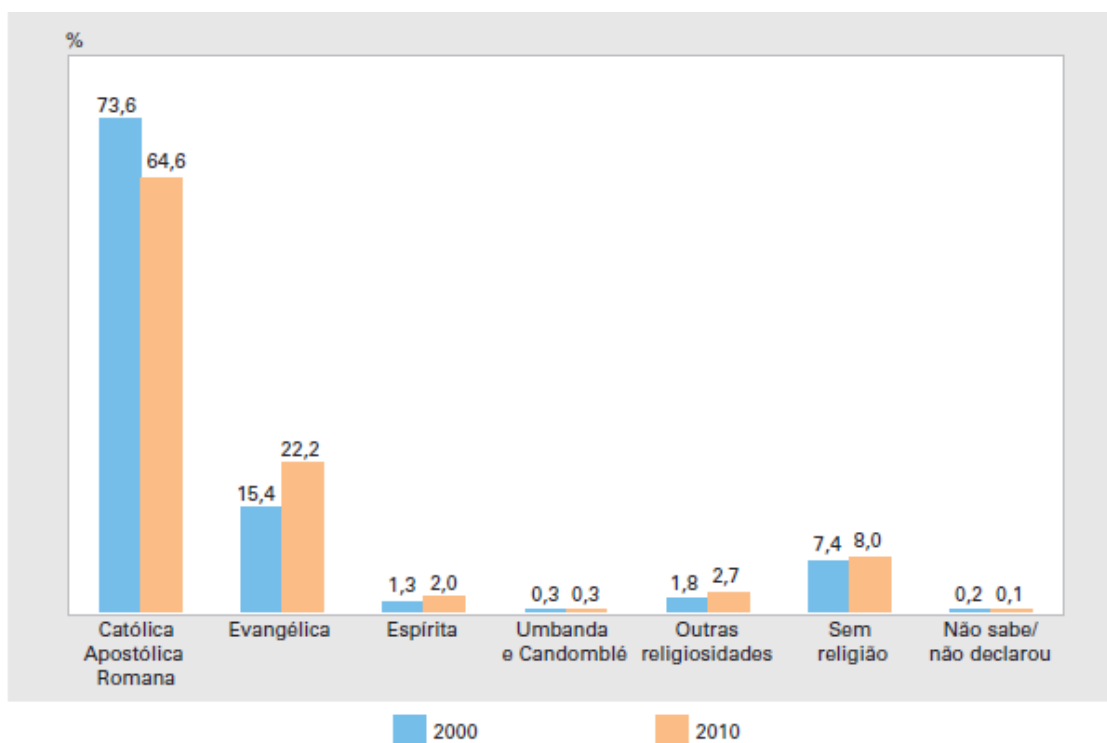
Ante os dados apresentados, vê-se que de certo modo não há, no Brasil, uma diversidade religiosa, mas um pluralismo dentro do próprio cristianismo; e isso Pierucci (2002) entre outros pesquisadores já falava com firmeza desde o censo de 2000. Quase não existem outras religiões em solo brasileiro, senão aquelas de viés cristão, que totalizam algo em torno de 86% da população, apesar do crescimento dos espíritas, da notoriedade das religiões de matriz africana e do aparecimento de

outros grupos minoritários. Esses grupos minoritários, por exemplo, não passam de 5,1% de brasileiros e brasileiras. No tocante a isso, Oliveira (2012, n.p.) ressalta que

a noção de pluralização não implica necessariamente em um crescimento significativo de todas as religiões nem na tendência a uma distribuição proporcionalmente aproximada da população entre as mesmas.

A configuração de um campo religioso plural (ou pluralista) é mais bem caracterizada, de fato, pelo lugar social relevante atribuído aos diversos grupos ou identidades religiosas e pelo reconhecimento cultural (não somente jurídico) da legitimidade dessa diversidade assim como dos diferentes grupos participantes do campo. A pluralização do campo religioso pode ser pensada, nessa perspectiva, como um processo de transição de uma situação de não percepção, reconhecimento e/ou legitimação da diversidade para um cenário de reconhecimento e problematização da presença de uma pluralidade de grupos e identidades religiosas em uma dada realidade social. Nesse sentido, o crescimento explosivo do número e da visibilidade pública dos evangélicos a partir das décadas de 1980 e 1990 tem se constituído no principal fator de pluralização do campo religioso brasileiro, a revelia das intenções ou objetivos desses atores, ao passo em que vem contribuindo fortemente para a ruptura e o declínio da hegemonia de uma religião civil católica nos contextos nacional e regional.

PERCENTUAL DA DIVERSIDADE RELIGIOSA BRASILEIRA ENTRE 2000 E 2010



Fonte: BRASIL, 2012, p. 91.

As principais disputas ocorrem entre os católicos e evangélicos, que ocupam espaços consideráveis e importantes na sociedade. Chamamos a atenção o grupo dos *sem religiões* que vem crescendo de forma expressiva. Isso não quer dizer que sejam pessoas descrentes, pelo contrário, além dos ateus aí incluídos, tem-se grande parte que acredita no sobrenatural ou não o negam por completo, como no caso dos agnósticos, e mais que isso: há pessoas que confessam não ter filiação ou identificação com qualquer denominação, instituição ou grupo religioso, mas não uma ruptura com a religiosidade. Nesse sentido, observa-se que a pluralização gera uma mudança nas dinâmicas do campo religioso que passam a influenciar as próprias religiões e igrejas tradicionais (OLIVEIRA, op. cit.). Segundo Bourdieu (1998), nenhuma sociedade aceita um sistema religioso estruturalmente divergente dela, por isso esses deslocamentos no próprio seio das igrejas e grupos religiosos vêm ocorrendo. As religiões estão se adequando cada vez mais ao público a que pretende alcançar, obtendo êxito apenas aquelas que atendem eficientemente aos anseios dos seus fieis.

Hoje mais do que nunca há uma necessidade de se dialogar com o diferente.

O pluralismo religioso tem contribuído para a configuração de um espaço cultural e simbólico mais diversificado sem sombra de dúvidas, ainda mais quando se tem a ruptura da ideia hegemônica do catolicismo; entretanto, a quebra desse monopólio religioso católico não quer dizer a neutralidade das relações de poder que se operam, uma vez que as identidades e práticas religiosas não são autônomas e estáveis, mas deslocadas pelas mudanças sociais e/ou pelas disputas e negociações hegemônicas entre os discursos (OLIVEIRA, 2009). É algo organizado mesmo que implicitamente, como uma gramática interna do falante. Não é algo desorganizado e sem sentido, mas algo que tem coerência dentro do seu sistema. O pluralismo não passa despercebido pelas instituições,



até mesmo as tradicionais se veem na obrigação de se adequarem ao sistema social apresentado (GLYNOS & HOWARTH, 2007).

O marxismo pensou no esvaziamento da religião³ por causa do capitalismo, mas não foi isso que aconteceu, pelo contrário, as várias linhagens ligadas ao sagrado mantiveram-se firme e em constante crescimento. Nietzsche no seu *Humano, demasiado humano: um livro para os espíritos livres* vê a religião como uma metafísica do povo, uma vez que serve para anestesiar males que aterrorizam o ser humano. Essa concepção nietzschiana entra em conflito com várias outras correntes. A verdade é que mesmo diante da modernidade o homem tem procurado a religião para saciar seus desejos materiais e/ou espirituais, agora, num plano talvez mais terreno, em contrapartida, as instituições vêm satisfazendo essas vontades, independente da ética muitas vezes. Tem-se observado que cada vez mais as pessoas querem sair deste mundo conturbado para uma outra dimensão, no caso o sagrado; e a melhor forma para isso tem sido o escapismo que as religiões têm oferecido nem que seja por alguns segundos (PIERUCCI, 2000; 2005).

Por fim, acreditamos que, conforme aponta Oliveira (2009, p.13), a pluralização do campo religioso permite a abertura de outras identidades religiosas “não-cristãs” – afro-brasileiras, “nova era”, espíritas, budistas, islâmicas, judaicas, etc.; mas sendo ainda no Brasil a predominância de cristãos. “A antiga hegemonia católica, ao que parece, vem sendo substituída por um imaginário religioso pluralista, mas delimitado ainda a partir de uma hegemonia cristã” (Idem), todavia, é preciso ressaltar que mesmo sendo maioria, os cristãos (católicos e protestantes) não são entidades homogêneas e bem definidas (Ibid., p.14).

Referências

³ Referimo-nos à ideia de religião enquanto algo alienante, baseada no conceito marxista de que “a religião é ópio do povo”. A religião vista como uma forma perversa de opressão ideológica.



- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.**
- BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.**
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.**
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.**
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.**
- BURITY, Joanildo A. Identidade e política no campo religioso. Recife: Editora Universitária, 1997.**
- CALAZANS, José Carlos. Globalização e Ciência das Religiões. In: Cadernos de Ciência das Religiões, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Maio 2008.**
- CANDAU, Vera. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A; CANDAU, V. Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2010.**
- EATWOT's International Theological Commission. Religions et Peace. In: VOICES. New Series, Volume XXXIV, Number 2011/2, March-April 2011.**
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. São Paulo: Global, 2007.**
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory. London/New York: Routledge, 2007.**
- HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. de Liv Sovik. Trad. Adelaide L. G. Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003a.**
- _____, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.**
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.**
- MATA, Inocência. Ficção e história na literatura angolana: o caso de Pepetela. Lisboa: Edições Colibri, 1993.**



OLIVEIRA, Gustavo Gilson. Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro. 2009. 401f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

_____, Gustavo Gilson. A pluralização do campo religioso no Brasil e em Pernambuco segundo o Censo 2010. In: Que Cazzo é Esse?!!, 12 ago. 2012. Disponível em: <<http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/08/a-pluralizacao-do-campo-religioso-no.html>> Acesso em: 26 mai. 2015.

PIERUCCI, Antônio F. Cadê nossa diversidade religiosa? In: Folha de São Paulo, Opinião, 29 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2912200208.htm>> Acesso em: 25 mai. 2015.

_____, Antônio F. Religião assume o capitalismo, diz sociólogo. In: Folha de São Paulo, Cotidiano, 13 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u116246.shtml>> Acesso em: 26 mai. 2015.

_____, Antônio F. Religião. In: Folha de São Paulo, Entrevista, 31 dez. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3112200019.htm>> Acesso em: 25 mai. 2015.

PIERUCCI, Antonio F.; PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: USP/HUCITEC, 1996.

PRÉVOST, Claude. Literatura, política, ideologia. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RIO, João do. As Religiões no Rio. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: Revista de Estudos da Religião, n. 2, PUC-SP: 2004. Disponível em <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/t_silva.htm> Acesso em: 23 mai. 2015.



TEIXEIRA, Faustino. Pluralismo religioso: desafio para a teologia do século XXI. In: Notícias Instituto Humanitas Unisinos, 14 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505706-pluralismo-religioso-desafio-para-a-teologia-do-seculo-xxi>> Acesso em: 27 mai. 2015.

VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. Editora Universidade de Brasília, 1980

ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.